Direito Laboral Público 360.º Aplicação Prática da LTFP



24 Horas | **410 €**

Apresentação
A gestão de recursos humanos na Administração Pública exige, cada vez mais, um domínio aprofundado e atualizado do regime jurídico aplicável ao trabalhador em funções públicas. A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) constitui o pilar central desta regulação, articulando-se com o Código do Trabalho e com múltiplos diplomas complementares, o que torna a sua aplicação prática um desafio constante para técnicos e dirigentes.

A ação de formação Direito Laboral Público 360.º Aplicação Prática da LTFP, com a duração de 24 horas, foi concebida para proporcionar uma visão integrada, rigorosa e operacional do regime laboral público, permitindo aos participantes desenvolver competências práticas de interpretação e aplicação da lei nas mais diversas situações do quotidiano profissional.

Num formato online e interativo, a formação combina momentos expositivos com análise de casos reais, simulações e exercícios práticos, promovendo uma aprendizagem aplicada e colaborativa. Abordam-se as principais áreas da gestão laboral vínculos, carreiras, avaliação, tempo de trabalho, direitos e deveres, responsabilidade disciplinar e segurança e saúde no trabalho , com especial atenção aos desafios emergentes, como o teletrabalho e as doenças profissionais.

Esta iniciativa visa, assim, reforçar a capacidade técnica dos profissionais da Administração Pública e de outros serviços que operam com trabalhadores sujeitos à LTFP, contribuindo para uma atuação juridicamente segura, coerente e eficiente, em conformidade com os princípios da boa administração e da legalidade.

Destinatários
A formação destina-se a:

- Trabalhadores da Administração Pública com funções nas áreas de gestão de pessoal, recursos humanos e administração;
- Técnicos superiores e assistentes técnicos com responsabilidades na aplicação da LTFP;
- Juristas e dirigentes intermédios que exerçam funções de enquadramento de equipas;
- Responsáveis pela área disciplinar, gestão contratual ou segurança e saúde no trabalho;
- Profissionais de organismos públicos e entidades do setor empresarial do Estado que pretendam consolidar competências na aplicação prática do regime jurídico laboral público.

Objetivos Gerais
Capacitar os participantes para aplicar, de forma prática, o regime jurídico do trabalhador em funções públicas, com enfoque na LTFP, incluindo gestão de vínculos, direitos, deveres, acidentes em serviço e noção essencial sobre doença profissional.

Objetivos Específicos
No final da formação, os participantes deverão ser capazes de:

- Identificar o enquadramento jurídico da LTFP e as suas diferenças fundamentais face ao Código do Trabalho.
- Interpretar corretamente as normas aplicáveis à constituição, mobilidade e cessação dos vínculos de emprego público.
- Aplicar os regimes de carreira, progressão e remuneração, compreendendo o impacto da avaliação de desempenho.
- Gerir questões relativas ao tempo de trabalho, férias, faltas e licenças, em conformidade com a LTFP.
- Reconhecer e aplicar os direitos, deveres e princípios ético-deontológicos inerentes ao exercício de funções públicas.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

- Executar corretamente procedimentos disciplinares, assegurando o respeito pelas garantias dos trabalhadores.
- Distinguir entre acidente em serviço e doença profissional, compreendendo os respetivos regimes e responsabilidades.
- Resolver casos práticos relacionados com a gestão laboral pública, através da análise e fundamentação jurídica adequada.

Programa
Direito Laboral Público 360.º Aplicação Prática da LTFP (24H)
1. Enquadramento Geral da LTFP
1.1. Âmbito e princípios fundamentais
1.2. Regime laboral público vs. Código do Trabalho
1.3. Tipologias de vínculo público
1.4. Hierarquia normativa e aplicação prática
Prática: análise de casos reais de aplicação de enquadramento jurídico

2. Gestão do Vínculo e Mobilidade
2.1. Constituição do vínculo
2.2. Estágio e período experimental
2.3. Mobilidade interna e intercarreiras
2.4. Cessação do vínculo e consequências
Prática: simulação de decisão de mobilidade e análise de mapa de vínculos
3. Carreiras, Avaliação e Remuneração
3.1. Estrutura e tipologia de carreiras
3.2. Avaliação de desempenho (SIADAP) e impacto na carreira
3.3. Estrutura remuneratória e suplementos
Prática: exercício de cálculo e enquadramento de progressão

4. Tempo de Trabalho, Férias, Faltas e Licenças
4.1. Regime de horário e prestação de trabalho
4.2. Teletrabalho na Administração Pública
4.3. Regime de férias, faltas e licenças na LTFP e interligação com o Código do Trabalho
Prática: resolução de casos sobre faltas e licenças

5. Direitos, Deveres, Ética e Responsabilidade Disciplinar
5.1. Direitos e garantias do trabalhador público
5.2. Deveres funcionais, incompatibilidades e impedimentos
5.3. Regime disciplinar fases e garantias
Prática: análise e simulação de procedimento disciplinar

6. Segurança e Saúde: Acidente em Serviço e Doença Profissional
6.1. Acidente em Serviço
6.1.1. Conceito e prova do nexo causal
6.1.2. Procedimento administrativo
6.1.3. Direitos e responsabilidades
6.1.4. Teletrabalho e trajeto habitual
Prática: estudo de casos (queda em teletrabalho, acidente em missão, desvio de trajeto)

6.2. Doença Profissional
6.2.1. Conceito legal e enquadramento no setor público
6.2.2. Diferenças face ao acidente em serviço
6.2.3. Articulação com a Lei n.º 98/2009 e com o regime de proteção social
6.2.4. Procedimento base (INSA/Segurança Social)
6.2.5. Prática: caso breve sobre doença profissional (exemplo: burnout ou lesão músculo-esquelética)

Certificação
O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt